

ENERGIA / Derrubada de vetos pelo Congresso impõe um custo adicional de R\$ 197 bilhões até 2050, que serão incorporados às tarifas de energia. Valor poderá ser maior, caso outros vetos caiam

“Jabutí” custará mais caro

» RAFAELA GONÇALVES

Ao derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lei que regulamenta a instalação de eólicas no mar, o Congresso conseguiu prorrogar incentivos para fontes de energia que sequer foram construídas e os subsídios podem se estender para alternativas mais caras e poluentes.

Na última sessão antes do recesso, os parlamentares mantiveram a prorrogação por 20 anos dos subsídios concedidos para pequenas hidrelétricas e parques de energia de biomassa e de energia eólica que estão sob as regras do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

O dispositivo é apenas um dos “jabutis” — jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta — vetados pelo Executivo. A prorrogação dos subsídios para as pequenas hidrelétricas, que teve o veto derrubado pelos congressistas, já impõe um custo adicional de R\$ 197 bilhões até 2050, valor que será incorporado às tarifas de energia e repassado aos consumidores, de acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). “Trata-se de uma penalização injusta, especialmente para os brasileiros mais vulneráveis, que já arcam com uma conta de luz pressionada por subsídios e encargos setoriais”, disse a entidade em nota.

Segundo a associação, os dispositivos vetados que não foram analisados pelo Congresso “podem gerar impactos ainda mais graves para os consumidores”. “Essa movimentação legislativa escancara uma realidade preocupante: interesses políticos e setoriais têm se sobreposto ao interesse público. Em vez de um debate técnico, voltado ao impacto real dessas medidas na economia e no bolso do cidadão, parte do Congresso optou por um gesto político de oposição ao governo federal — ainda que isso implique impor mais custos à população”, reiterou a Abradee.

O Congresso ainda vai discutir a obrigatoriedade de contratação de termelétricas a carvão e gás natural, outro ponto vetado pela Presidência e que tem por traz um forte lobby.

Os contratos das térmicas a carvão vencem em 2028. O trecho vetado, que ainda está em jogo a depender do Legislativo, prevê a renovação de contratos até 2050, com inflexibilidade de 70% dos dias do ano, nos leilões de reserva

Reprodução/freepik



Aditivo colocado na Lei das Eólicas Offshore prevê que os contratos das térmicas a carvão que venceriam em 2028 sejam renovados até 2050



Trata-se de uma penalização injusta, especialmente para os brasileiros mais vulneráveis, que já arcam com uma conta de luz pressionada por subsídios e encargos setoriais”

Associação de Distribuidores de Energia, em nota

de capacidade. O argumento é de que a medida garante a segurança do abastecimento de energia e busca evitar o desligamento dessas usinas. No entanto, é considerada um atraso para a transição energética em um país com abundância de fontes renováveis.

Empresários como Carlos Suarez, dono da Termogás, e os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS e Âmbar Energia, são

apontados como beneficiários diretos da renovação desses contratos.

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o cenário ainda exige atenção máxima. “A votação de terça-feira resultou no adiamento da decisão sobre os dispositivos mais críticos, justamente aqueles que instituem a contratação obrigatória de usinas térmicas a combustíveis fósseis e ampliam subsídios com forte impacto nas tarifas de energia elétrica. Esses itens seguem sob risco de aprovação em sessões futuras do Congresso”, alertou a entidade em nota.

Também ficou de fora, até o momento, o trecho que prevê a extensão do prazo de subsídios para a geração distribuída. Somados aos incentivos ao gás natural inflexível e ao carvão mineral, a estimativa é de um impacto tarifário adicional de até 9% seja imposto aos consumidores. “A decisão de adiamento ocorrida mostra que a sociedade tem força quando se mobiliza. Mas os riscos ainda não passaram. Os dispositivos mais preocupantes seguem pendentes e exigem vigilância redobrada”, destacou a FIEMG.

O custo da contratação de gás e a prorrogação dos contratos de carvão afetam diretamente o custo da

energia no Brasil, além de impactar a renovação da matriz energética, conforme destacou o CEO da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), Fernando Delgado. “Isso encarece a conta de luz, aumenta as despesas operacionais, pressiona as margens do setor e reduz a competitividade nacional. Reduz a competitividade em dois espectros: no aumento do custo e no diferencial renovável que diminuirá”, disse ao **Correio**.

No momento em que os olhos do mundo estão voltados para o Brasil, como sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, a medida também pode representar um retrocesso nas sinalizações do país. Para Delgado, “é preciso que a política energética esteja alinhada com os princípios de eficiência, sustentabilidade e custo justo para todos os setores produtivos. E que incentive de forma concreta a expansão de fontes limpas”.

Cerca de 40% da conta de luz no Brasil é composta por encargos e subsídios, incluindo impostos. Esses valores podem variar dependendo da região e das políticas específicas de cada estado. O presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores

de Energia (Abraceel), Rodrigo Ferreira, destacou que o impacto de qualquer prorrogação de incentivos é geral e afeta toda a cadeia de consumidores. “A energia elétrica está ficando impagável”, afirmou.

“O cidadão, a população, a sociedade em geral já não aguenta mais esse tipo de interferência, que causa aumento de custos, sem uma explicação técnica que seja minimamente razoável. Não é razoável justificar esse incremento de custos, porque uma outra lei aumentava ainda mais os custos. Isso aí não é uma explicação razoável”, emendou.

Está em análise no Legislativo o projeto de reforma do setor elétrico, que estabelece novos critérios para a Tarifa Social, ampliando a liberdade de escolha dos consumidores e redefinindo a divisão de custos entre os agentes do setor.

Segundo Ferreira, a expectativa é de que o Legislativo também seja sensível ao tema. “A gente espera que o Congresso não atue exclusivamente no aumento tarifário e no aumento da conta de energia. Que ele possa reequilibrar esse jogo, convertendo em lei a medida provisória da reforma do setor elétrico, porque ela sim traz um alívio na conta de luz para a sociedade brasileira”, defendeu.

FRAUDE NO INSS

Vítimas receberão em uma só parcela

» RAPHAEL PATI

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informou, ontem, que os ressarcimentos das vítimas pelos descontos indevidos de aposentadorias e pensões realizados nos últimos anos serão realizados em uma única parcela, com lotes a cada 15 dias, em data ainda a ser definida.

Em entrevista coletiva, que também contou com a presença do advogado-geral da União, Jorge Messias, Waller Júnior esclareceu ainda que não haverá uma ordem de prioridade para as devoluções e que todos que estiverem na mesma situação de vítima das fraudes serão pagos “integralmente” e de uma só vez. Também ressaltou que o INSS espera realizar o pagamento o quanto antes, embora ainda não haja uma data certa para isso ocorrer.

“O planejado hoje é que só temos calendário para pagamento em lotes, a cada 15 dias, aos nossos beneficiários. Ou seja, em um único mês, dois lotes de beneficiários serão pagos, para a gente poder, cada vez mais, ressarcir, indenizar e virar a página dessa situação tão feia que acometeu o INSS, que foi cometido por esses fraudadores e esses bandidos que ali fizeram”, disse o presidente do INSS.

A crise no INSS começou no último dia 23 de abril, quando a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Sem Desconto, que apontou descontos indevidos que chegaram ao valor de R\$ 6,3 bilhões entre os anos de 2019 e 2024. Essas movimentações ilegais teriam ocorrido por meio de entidades associativas diretamente na folha de pagamentos de aposentados e pensionistas, no entanto, sem a autorização desses beneficiários.

Segundo Waller Jr., no momento da deflagração da operação Sem Desconto, a projeção da PF e da Controladoria-Geral da União (CGU) era de que 4,1 milhões de vítimas teriam sido atingidas ou potencialmente atingidas. Desde então, o INSS perdeu para que 9,3 milhões de segurados informassem se tiveram um desconto autorizado, ou não. “Com isso, a gente tem a abertura do processo de contestação, e hoje, que a gente tem pouco mais de 30 dias funcionando o processo de contestação, chegamos a 3,2 milhões contestações, muito próximo dos 4,1 milhões projetados pela PF e CGU”, disse o presidente do INSS.

O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, destacou que houve êxito no trabalho realizado pelo governo federal até o momento e ressaltou que já foram bloqueados R\$ 2,8 bilhões de doze entidades associativas enquadradas na Lei Anticorrupção, de 2013. “Passados 45 dias da eclosão desse grande escândalo, nós já temos um processo de responsabilização, com bloqueio cautelar das entidades, um plano de ressarcimento, mais de 3 milhões de aposentados e pensionistas já foram aos canais oficiais do governo indicar contestações de descontos indevidos”, destacou.

O advogado-geral também ressaltou que foi enviado, ao Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de conciliação para viabilizar, “de forma célere, segura e prática”, o plano de ressarcimento proposto pelo governo federal, que promete ressarcir todas as vítimas dos descontos indevidos feitos por essas entidades associativas.

“Nós queremos pagar e nós vamos pagar. Portanto, eu estou aqui, neste momento, conversando com os aposentados e pensionistas, mas pedindo também o apoio aos nossos colegas advogados para que orientem, que muitas vezes são clientes antigos, que têm relação com os advogados, a buscarem a via administrativa, porque é mais rápido, é mais barato, é mais célere e é mais seguro”, reforçou.

Brasil lidera transição energética na América

» VANILSON OLIVEIRA

O Brasil ocupa a 15ª colocação no Índice de Transição Energética (ETI), sendo referência na transição energética nas américas e no cenário global. Os dados do novo relatório do Fórum Econômico Mundial, divulgado ontem apontam que o país ficou à frente de economias como Reino Unido, que aparece na 16ª posição, e dos Estados Unidos, que ocupam o 17º lugar no ranking.

O relatório avaliou o desempenho de 118 países com base em 43 indicadores, que analisam aspectos como segurança energética, sustentabilidade, equidade, inovação, infraestrutura, educação, capital humano e o grau de comprometimento político. A nota final atribuída a cada país varia de zero a 100. O Brasil alcançou 65,7 pontos, resultado que se mantém acima da média global, que ficou em 56,9 pontos.

Na liderança global do ranking aparece a Suécia, com 77,5 pontos, seguida por Finlândia, com 71,8, Dinamarca, com 71,6, Noruega, que registra 71,5, e Suíça, com 71 pontos. Os países europeus seguem dominando as primeiras posições devido à maturidade de suas matrizes energéticas, baseadas em sistemas de baixo carbono, elevada eficiência e segurança energética consolidada.

O relatório destaca que o Brasil é protagonista no avanço da transição energética na América Latina, com progresso contínuo na adoção de fontes renováveis e na diversificação da matriz energética. Segundo o Fórum Econômico Mundial, os investimentos em energia limpa nos países emergentes superaram pela primeira vez, em 2024, a marca de 300 bilhões de dólares, o equivalente a aproximadamente 1,6 trilhão de reais, liderados por Índia e Brasil.

O documento também cita o Brasil como exemplo na busca por soluções inovadoras para o setor, destacando os leilões híbridos, que combinam energia solar e eólica, como estratégia de sucesso na expansão da geração limpa. A adoção desse modelo é apontada como fundamental para ampliar a segurança energética e acelerar a descarbonização da matriz elétrica nacional.

De acordo com o relatório, 65% dos países avaliados melhoraram seu desempenho no índice em 2025, com um avanço médio de 1,1% em relação ao ano anterior. Além disso, 28% das nações registraram melhorias nas dimensões de desempenho, que avaliam segurança, sustentabilidade e equidade. As maiores contribuições vieram de melhorias em infraestrutura, que cresceu

Ranking da transição energética 2025	
1º – Suécia	77,5 pontos
2º – Finlândia	71,8 pontos
3º – Dinamarca	71,6 pontos
4º – Noruega	71,5 pontos
5º – Suíça	71,0 pontos
6º – Áustria	70,6 pontos
7º – Letônia	69,4 pontos
8º – Holanda	69,2 pontos
9º – Alemanha	68,8 pontos
10º – Portugal	68,6 pontos
11º – Estônia	68,0 pontos
12º – China	67,5 pontos
13º – Islândia	67,3 pontos
14º – França	67,1 pontos
15º – Brasil	65,7 pontos (1º na Am)
16º – Reino Unido	65,5 pontos
17º – Estados Unidos	65,5 pontos
18º – Espanha	65,2 pontos
19º – Lituânia	65,2 pontos
20º – Israel	64,8 pontos

8,3%, e no fortalecimento do capital próprio, que avançou 5,8%, especialmente na Europa.

A Ásia também apresentou desempenho expressivo, puxada pela China, que subiu para a 12ª posição no ranking — o melhor resultado da história do país —, impulsionada por um aumento de 18,7% nos investimentos em energia limpa e avanços regulatórios da ordem de 2,6%. Já na África Subsaariana — região do continente africano localizada ao sul do Deserto do Saara —, os progressos foram impulsionados por maior compromisso político e expansão dos fluxos financeiros. A Nigéria protagoniza uma

das maiores evoluções do ranking, saindo da 109ª colocação em 2016 para o 61º lugar em 2025.

Apesar dos avanços, o Fórum Econômico Mundial alerta que ainda há desafios significativos que dificultam a aceleração da transição energética no mundo. O relatório lista três prioridades urgentes: redefinir a segurança energética, superar gargalos de infraestrutura — que incluem entraves em licenciamento, falta de mão de obra qualificada e problemas na cadeia de suprimentos — e corrigir desequilíbrios nos fluxos de capital. Mais de 90% dos investimentos em energia limpa continuam concentrados

nas economias desenvolvidas e na China, mesmo com as economias emergentes sendo responsáveis por mais de 80% do crescimento da demanda energética desde 2021.

Outra preocupação apresentada pelo relatório é que, mesmo com um volume recorde de 2 trilhões de dólares investidos globalmente em energia limpa até 2024, as emissões de gases de efeito estufa seguem em trajetória ascendente. No ano passado, o mundo registrou um recorde de 37,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono emitidas, evidenciando que os esforços atuais ainda são insuficientes para frear a crise climática.